

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ- SETOR LITORAL

**MOVIMENTOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES RURAIS NO NORTE DO
PARANÁ NO PERÍODO DE 1950 a 1960.**

SELMA CARMEN ALCANTARA ALVARENGA

**MATINHOS -ABRIL
2014**

SELMA CARMEN ALCANTARA ALVARENGA

**MOVIMENTOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES RURAIS NO NORTE DO
PARANÁ NO PERÍODO DE 1950 a 1960.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito parcial ao Curso
de Especialização em Educação do Campo, da
Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral,
para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Andréa Maximo Espínola.

**MATINHOS – ABRIL
2014**

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de buscar compreender o contexto de participação política e social dos trabalhadores rurais do Estado do Paraná em seus diversos momentos de luta e resistência nas décadas de 1950 e 1960. Pretende-se investigar o processo de organização política dos trabalhadores rurais e de suas conquistas sociais. Para alcançar este objetivo serão utilizados os meios de informação que registraram os fatos durante o período tomado para estudo, sendo os mesmos lidos, analisados, citados e discutidos com a finalidade de retirar conhecimentos que certamente serão fundamentais para entender importantes aspectos da colonização da região e a formação da sociedade que chega a nossos dias. Justifica-se uma pesquisa desta natureza pela importância de levar os educandos a entender que os Movimentos Sociais e a formação dos sindicatos rurais surgiram na defesa dos direitos coletivos, despertar neles uma mentalidade crítica diante da sociedade, superando ideologias fortemente capitalistas e elitistas que ainda hoje são manifestadas.

Palavras-Chave:

- 1) Movimentos Sociais**
- 2) Sindicalismo Rural**
- 3) Organização Social no Campo**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	OBJETIVOS	5
2.1.	OBJETIVOS GERAIS	5
2.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	5
3	REVISÃO DA LITERATURA	5
3.1	Movimentos Sociais Análise Historiográfica	5
3.2	Os Sindicatos Rurais no Norte do Paraná.....	8
3.3	A Prática Pedagógica dos Movimentos Sociais	11
4	METODOLOGIA	12
5	CONCLUSÃO	13
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	14

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar um estudo sobre o processo de organização política dos trabalhadores rurais do Estado do Paraná entre os anos de 1950 e 1960. Trata-se de um período em que as conjunturas nacionais e internacionais tiveram influências diretas sobre os movimentos sociais que lutavam sob a orientação da ideologia socialista e do clamor por justiça social.

O Estado do Paraná é uma região de terras férteis, com a presença de imigrantes de todas as Unidades da Federação e do exterior. Da produção cafeeira em grande escala e já esboçando outras áreas econômicas que poderiam tornar importantes também, os grandes cafeicultores tinham interesses, dos mais diversos em jogo. Nesse sentido, conhecer a realidade que cerca toda história é fundamental para entender outras realidades históricas semelhantes no Paraná, no Brasil e no mundo.

Dessa forma procura-se recuperar o contexto histórico das relações sociais, resgatando o processo de luta e resistência entre os grupos que trabalham no espaço rural e que foram expropriados dos direitos trabalhistas e sociais. Também se intenciona entender o que levou a organização dos movimentos sociais e aproximar-se desses movimentos rurais, organizando e orientando os sindicatos rurais.

Este trabalho busca a compreensão de um espaço no qual se inserem questões ligadas aos conflitos do campo no Estado do Paraná. Estes conflitos fazem parte de um cenário muito mais extenso que envolve toda a sociedade brasileira, numa discussão que precisa extrapolar o debate acadêmico e envolver toda a sociedade brasileira, inclusive o espaço escolar.

A escola também é multicultural, portanto como educadores devemos orientar nossos educandos a reconhecer a importância do espaço rural e suas manifestações políticas, tendo em vista que os trabalhadores, em suas diversas categorias se encontram cada vez mais organizados e conscientes de suas funções sociais.

Entender o processo histórico dos Movimentos Sociais direciona os alunos a adquirir uma mentalidade crítica e a perceber a realidade social, que certamente contribui para a formação de uma postura de cidadania frente a sua realidade de vida.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVOS GERAIS

O objetivo deste artigo é apresentar um estudo sobre o processo de organização social dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais no Norte do Paraná no período de 1950 a 1960. Levar ao contexto escolar a visão dos trabalhadores rurais como sujeitos históricos atuantes no processo de mobilização social no campo.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Este estudo abordará o contexto de participação política e social dos trabalhadores rurais, como forma de um “despertar político” rumo à organização dos sindicatos rurais no Norte do Paraná¹, a partir dos seguintes aspectos:

- Análise dos Movimentos Sociais no Norte do Paraná, 1950/60.
- Estudo do processo de organização política dos trabalhadores rurais e suas conquistas sociais, formações dos sindicatos rurais.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. MOVIMENTOS SOCIAIS: ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

Analisar a ação política requer, primeiramente, distinguir as várias maneiras pelas quais os grupos sociais se engajam na política, e a natureza dos grupos envolvidos, pois há uma grande diversidade indo desde protestos esporádicos, revoltas, rebeliões até as atividades mais contínuas de partidos políticos organizados, grupos de pressão ou militares politizados.

Além disso, faz-se necessário distinguir “movimento” e “partido”, e segundo Bottomore, (1979), os movimentos apresentam um caráter menos organizado, não havendo algo que identifique seus membros facilmente, pois os mesmos se identificam por possuírem determinada visão ou doutrina social.

Nessa perspectiva, os sujeitos históricos, envolvidos na pesquisa que se apresenta, fazem parte do que se denomina movimento social. Mas o que são movimentos sociais?

¹ PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo. Luta camponesa e diferenciação do campesinato., In: Paiva, Vanilda (org.) *A Igreja e questão agrária São Paulo*., Loyola.1985.

Essa expressão “movimento social” surgiu no início do século XIX na Europa Ocidental, pelo autor Lorenz von Stein, em seu livro “História do Movimento Social na França de 1879 aos dias de hoje”, sendo considerado para alguns autores um fenômeno originário da sociedade moderna, pois a sociedade industrial possibilitou a concentração de um grande número de pessoas que facilitou a mobilização, ou seja, uma participação ativa e consciente dessa massa na construção e reconstrução de suas sociedades.

“De um, estão os que, como Le Bon, Tarde e Ortega y Gasset, se preocupam com a irrupção das massas na cena política e vê nos comportamentos coletivos da multidão uma manifestação de irracionalidade, um rompimento perigoso da ordem existente. De outro lado, estão os que como Marx, Durkheim e Weber vêem nos movimentos coletivos um modo peculiar de ação social, variavelmente inserida ou capaz de se inserir na estrutura global da sua reflexão, querem eles denotem transição para formas de solidariedade mais complexas.(BOBBIO,N, 1986. P. 787)”.

O valor de tais estudos está no fato de terem mostrado claramente a “ubiquidade da ação política popular, que pode ser difusa, episódica, sem qualquer doutrina ou se expressar, sobretudo em termos religiosos ou culturais” (BOTTOMORE, 1979), no qual proporcionaram alterações significativas na sociedade, na medida em que os movimentos sociais com suas contestações ocasionaram no decorrer da História benefícios para a classe trabalhadora.

Essa concepção de que os movimentos sociais trazem inovações deve-se aos acontecimentos dos anos 60, quando emergiram, de repente, movimentos em grande escala que expressavam descontentamento maciço e oposição relativa à ordem social e as políticas vigentes, que ocasionaram mudanças relevantes no campo trabalhista e político.

“Os movimentos sociais podem ser considerados como empreendimentos coletivos para estabelecer nova ordem de vida. Têm eles início numa condição de inquietação e derivam seu poder de motivação na insatisfação diante da forma corrente de vida, de um lado, e dos desejos e esperanças em um novo esquema ou sistema de viver, de outro. (...) Nos seus começos, um movimento social é amorfo, precariamente organizado e inconsistente (...) ao desenvolver-se, um movimento social assume o caráter de sociedade. Adquire organização e forma, um conjunto de costumes e tradições (...) uma cultura, uma organização social e um novo esquema de vida (HERBERT, 1962. P. 245)”.

O autor aborda a questão dos movimentos sociais pela vertente da necessidade de sobrevivência que acaba se transformando em luta contra a desigualdade social e a busca pela organização de estruturas novas, diferenciadas, menos centralizadas por poucos em detrimento de muitos.

Segundo Touraine (1973), o termo movimento social diz respeito aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo frequentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais.

Na análise do texto de Giovanni Semeraro, o debate dos movimentos sociais situa-se a partir da década de 1960, período de intensa participação social e discussão acerca das lutas dos povos indígenas na defesa de suas tradições e terras aqui no Brasil. A história das lutas por terra no Brasil tem seu início a partir de 1850 com a Lei de Terras a partir desta Lei, ficaria instituída a propriedade privada da terra. Esta história é marcada pela espoliação, pela concentração de renda nas mãos de poderosos latifundiários. Para o autor esse resgate histórico faz-se necessário para a compreensão do processo de luta pela terra, no sentido de identificar a formação dos movimentos sociais.

Segundo Gohn (1987), um ponto a ser destacado sobre a temática em questão se refere ao conceito de movimento social, como esses movimentos serão analisados quanto a sua formação, dinâmica interna e seu projeto de sociabilidade, pois variados são os critérios utilizados pelos autores em sua caracterização, e como diferenciar um movimento social de outras ações coletivas que não necessariamente possam ser consideradas como movimentos sociais.

Gohn² considera que os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sócio-político, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas.

As tensões e conflitos gerados pelos interesses diversos na sociedade favorecem a criação de movimentos sociais. Analisar a ação política requer, primeiramente, distinguir as várias maneiras pelas quais os grupos sociais se engajam na política, e a natureza dos grupos envolvidos, pois há uma grande diversidade indo desde protestos esporádicos, revoltas, rebeliões até as atividades mais contínuas de partidos políticos

²GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. *Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina*. SP. Loyola, 1997.

organizados, grupos de pressão ou militares politizados. Nessa perspectiva, os sujeitos históricos envolvidos na pesquisa que se apresenta, fazem parte do que se denomina movimento social.

O tema Movimentos Sociais no Campo, propõe uma análise acerca da efervecência política e social do século XX em várias regiões do Brasil. Em todo o país, diversos conflitos e eventos aconteceram representando desta forma, a organização social dos camponeses neste período. Os movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva. Age por si próprios como agentes de liberdade, da igualdade, da justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apelo à modernidade ou à liberação de forças novas, parte do sistema de forças sociais, disputando a direção de seu campo cultural.

3.2. OS SINDICATOS RURAIS NO PARANÁ

Em 1960 aconteceu em Londrina o I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná que Manoel Silva chamou de “um dos maiores acontecimentos da vida sindical e rural do país”. Desde 1956 os trabalhadores do campo vinham tentando se organizar em “sindicatos de classe”. Fundaram-se quatro sindicatos de empregados rurais na região norte paranaense: Londrina, Maringá, Centenário do Sul e Nova Fátima. O resultado de todo esse movimento foi à criação do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina.

Para Manoel Silva³(1961), as razões que levavam os trabalhadores a se agruparem em sindicatos se explicam principalmente pelo alto grau de miséria, dos baixíssimos salários e por uma divulgação maior das leis do trabalho, que garantiam ao trabalhador rural um salário mínimo, aviso prévio e férias remuneradas. Tudo isso impulsionou a mobilização paranaense.

Segundo Ângelo Priori (1996), esse processo de resistência teve início muito anterior ao I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná. Priori aponta duas formas significativas de resistência das quais os trabalhadores se valeram neste momento: os processos trabalhistas que “foram uma forma de protesto social” e as greves que se irromperam nesse período (décadas de 1950 e 1960), tiveram importância significativa

³ Presidente da Comissão Executiva do I Congresso Paranaense e autor do texto: I Congresso dos trabalhadores Rurais do Paraná. Revista Brasiliense, n° 33. Janeiro/fevereiro. 1961.

no processo de resistência implementado pelos trabalhadores rurais contra a exploração do trabalho.

No entanto, Priori destaca que estas greves não teriam sido tão frequentes, e a sua divulgação nos meios de comunicação aconteceram ainda com mais raridade. A primeira greve dos trabalhadores do campo ocorreu na Fazenda Eldorado, em Londrina, em 1954.

Em se tratando da formação dos sindicatos rurais, Priori fala da grande influência da União dos Trabalhadores de Londrina (uma organização urbana), e dos membros do PCB, Partido Comunista Brasileiro, que agitaram diretamente neste processo. Segundo o autor, uma importante característica da formação dos sindicatos rurais no Paraná, é que este teria sofrido grande influência urbana. Além do Partido Comunista Brasileiro e dos trabalhadores urbanos o movimento sindical rural paranaense também contou com o apoio da Igreja Católica.

O primeiro sindicato dos trabalhadores rurais do norte do Paraná data de 29 de janeiro de 1956 em Londrina, mas estendeu sua atuação por diversos municípios vizinhos. Ainda no ano de 1956 foram fundados sindicatos em Nova Fátima, Centenário do Sul e Maringá (PRIORI 1996). Assim, “a receptividade dos trabalhadores rurais ao sindicato foi algo impressionante, talvez jamais visto na história do movimento sindical rural brasileiro”. (p. 62).

Acontecimento que gerou em contrapartida, a ação dos empregadores rurais, tentando desestruturar o movimento, qualificando-o como comunista. Os empregadores forjaram um discurso pregando que era preciso libertar os trabalhadores rurais das “garras vermelhas do mal”. Principal veículo de comunicação pelos grandes proprietários foi o Jornal Folha de Londrina. De acordo com Priori, o próprio jornal teria participado da campanha, através de editoriais que cobravam “medidas exemplares” e providências das autoridades contra os “agitadores” que segundo o jornal, estavam desestruturando a produção agrícola, gerando graves consequências para o país, pois, setores dos mais importantes estão sendo abalados pelo trabalho solerte dos agentes da insídia e da traição (Folha de Londrina, 29/06/56).⁴

Na década de sessenta a importante Ação Católica Rural subsidiou a disseminação das Frentes Agrárias. No Paraná a Frente Agrária Paranaense, FAP, foi organizada pelo bispo de Londrina, Jacarezinho, Maringá e Campo Mourão, que objetivavam conquistar melhores condições de vida e trabalho na lavoura.

⁴ Texto trabalhado por Ângelo Priori: Idem p.71.

Todavia, a ação da Igreja era empreendida no sentido de destruir a influência comunista sobre o movimento trabalhista rural, e através da FAP se organizou institucionalmente na tentativa de obter sucesso contra os comunistas. Vejamos a seguir os principais objetivos da FAP:

- “(1) formar lideranças regionais e locais,
- (2) estudar os problemas locais, levando as reivindicações para o cotejo do Estado;
- (3) realizar debates e conferências para formar mentalidade;
- (4) instalação de uma emissora de rádio para a educação dos trabalhadores rurais e a divulgação da FAP;
- (5) formação da opinião pública para um autêntico solidarismo cristão
- (6) instalação de departamentos técnicos, judiciais e de assistência médica;
- (7) criação de associações profissionais que se transformam em sindicatos (PRIORI, 1996, p.84).”

Apesar de toda a movimentação dos trabalhadores, com a criação dos sindicatos rurais apoiados ainda que de maneiras divergentes pelos PCB e pela Igreja Católica, o Ministério do Trabalho não reconheceu os sindicatos.

Em 1961, foi realizado em Maringá o II Congresso Paranaense de Lavradores e Trabalhadores Rurais. O I Congresso em Londrina, segundo Ângelo Priori, seria sido marcado pela tranquilidade, já o de Maringá pelo tumulto e pela violência, uma vez que nos mesmos dias do Congresso fora lançada a Frente Agrária Paranaense, na mesma cidade. Entre os assuntos que mereceram maior destaque e discussão estão, é claro, a luta pela posse da terra. A resolução para os problemas tanto dos trabalhadores assalariados como dos posseiros somente obteria êxito com a liquidação do latifúndio. Esse era o ponto essencial que impulsionava a própria organização do Congresso.

O autor enfatiza que a participação de um número muito grande de trabalhadores, de mais ou menos 2.000 delegados paranaenses e diversas autoridades vindas de todas as partes do país contribuiu para o sucesso do Congresso. O evento contou com um representante da Presidência da República, Jânio Quadros enviou o deputado Nestor Duarte, que teve também a presença de Francisco Julião que presidia as Ligas Camponesas do Nordeste (PRIORI, 1996, p. 88).

Segundo Rego (s/d), foi nesse contexto de interesses antagônicos, representados de um lado pelos detentores do capital, cujo objetivo é lucrar com a venda da terra, e de outro posseiro e pequenos proprietários que desejavam a garantia e efetivação de seu pleno domínio, no qual a terra tinha o único valor de garantir a sobrevivência, é que se configuram as tensões sociais.

Sendo assim, a disputa ocorre entre o capital imobiliário privado e os exploradores reais da terra, os camponeses. E o processo pelo qual as empresas procuravam concretizar os seus objetivos era o da violência expropriadora, ou seja, como os preços eram abusivos e não eram coerentes ao poder aquisitivo dos colonos, para poderem legitimar sua posse, os mesmos tendiam a opor-se através da resistência.

3.3. A Prática Pedagógica dos Movimentos Sociais

O tema Movimentos Sociais, propõe contribuir com a prática político-pedagógica da sala de aula. De acordo com Paulo Freire, “a educação sozinha não muda o mundo, tão pouco sem ela o mundo muda”. Assim o tema nos leva a pensar a prática pedagógica como um trabalho de inserção das camadas sociais excluídas do cenário social.

Neste sentido, os trabalhadores rurais historicamente marginalizados pelas políticas públicas, devem ser entendidos como sujeitos históricos atuantes na construção de uma identidade comum, pautada no processo de lutas e reivindicações, conhecedores de suas particularidades e superação da ideia de subordinação em que o povo brasileiro foi submetido. A partir desta ótica, os trabalhadores rurais são vistos como sujeitos construtores do seu processo de formação política e fundamentalmente agentes de luta pela cultura, relações sociais e processos produtivos da existência social no campo.

Seguindo o estudo da temática proposta, realizei trabalhos pedagógicos em turmas do Ensino Médio. A partir do tema, procurei entender o ambiente rural como forma de valorizar a cultura dos povos do campo. O tema propõe a criação de vínculos com toda a comunidade escolar gerando consciência crítica, sentimento de sociabilidade e de trabalho comunitário presentes nas experiências camponesas. Este trabalho visa à superação de conteúdos estereotipados sobre a maneira de vida dos povos do campo e também a negação da cultura dos povos do campo nas escolas.

Levando a proposta a todas as áreas do conhecimento a ideia de trabalhar com o tema Movimentos Sociais, é alcançar no final de todo o trabalho desenvolvido por cada disciplina a integração dos conteúdos na conscientização de todas as atividades sobre a importância dos povos do campo na nossa comunidade escolar.

A investigação do tema, neste caso, significa a apreensão dos conteúdos

trabalhados e a tomada de consciência sobre eles, o que deverá ser feita numa relação de interação e diálogo e de forma participativa envolvendo educandos (as), educadores (as) e comunidade escolar acerca da importância de estudar a História do Paraná, especificamente da nossa região. Esta atitude poderá aproximar o currículo da escola à realidade, investigando alguns aspectos que poderão ir tornando a escola viva e comprometida com a transformação da realidade da sociedade que vivemos.

4. METODOLOGIA

A metodologia aplicada na elaboração deste trabalho foi a da pesquisa historiográfica, tendo como base uma literatura diversificada que trata do assunto enfocado. Este material depois de selecionado foi lido, analisado, citado e comentado de forma a fornecer informações essenciais para o entendimento do que se estabeleceu como objetivo ao escolher o tema para conhecer uma questão que teve grande importância na ocupação de toda a região e a formação de uma mentalidade social com reflexos sociais, econômicos, culturais e políticos.

O autor Edward P. Thompson em “A Miséria da Teoria” aborda a questão do conhecimento histórico, bem como as questões metodológicas necessárias para se trabalhar como a fonte histórica.

Assim, segundo Thompson, o objeto imediato do conhecimento histórico são os fatos, as evidências e esses métodos só podem ser conhecidos a partir de métodos históricos.

Para o autor, o conhecimento histórico é por natureza incompleto, mas nem por isso inverídico, é também provisório, seletivo e limitado, mas nunca acabado. Deste modo, só as perguntas certas serão aceitas pelo documento. É preciso manter um diálogo permanente com o documento (THOMPSON, 1981).

Portanto, para Thompson o passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas um processo inter-relacionado. O que é mutável na história são as interpretações em torno do passado, as diversas maneiras de contá-lo e analisá-lo, e essas maneiras dependem muito das preocupações de cada geração.

Segundo Thompson, é preciso manter ainda certa disciplina para não transformar o trabalho do historiador em julgamento de valor. De acordo com o autor é preciso tratar o objeto com certa subjetividade, é a subjetividade do historiador que vai fazer com que ele tenha determinado enfoque, só que essa subjetividade tem que ter

limites, que está no documento e na possibilidade de diálogo que se pode estabelecer com a fonte documental.

Thompson enfatiza que o “objetivo da história é reconstituir”, explicar e “compreender seu objetivo é a história real”, (THOMPSON, 1981, p. 57). Para o autor, as hipóteses são formuladas com o intuito de explicar “a formação social do passado”, no entanto, o autor argumenta que o conhecimento não pode tornar-se prisioneiro do passado, pelo fato de que:

“Ele nos ajuda a conhecer quem somos, porque estamos aqui, que possibilidades humanas se manifestam e tudo quanto podemos saber sobre a lógica e as formas do processo social. Deve haver um intercâmbio com outros conhecimentos e outras teorias”. (THOMPSON, 1981: p.59).

Dessa forma, segundo o autor, é preciso deixar claro que a “lógica histórica é falível”. Mas na medida em que há a possibilidade de multiplicação de fortes abordagens e métodos em torno de um dado objeto “limitam-se os perigos de erro”.

5. CONCLUSÃO

Ao terminar este estudo cabe afirmar que os anos 50 e 60 foram anos conturbados, nos quais emergiram os trabalhadores rurais buscando uma redefinição da política para melhores condições de vida no campo.

A região do Estado do Paraná como estava integrada economicamente com o restante do país também se viu envolvida nessa efervescência política e social nos anos 50 e 60. O surgimento do sindicalismo rural de orientação comunista e católica, a impetração de ações trabalhistas na Justiça do Trabalho e a proliferação de greves nos sítios e fazendas de café marcaram esse período. Procurando compreender esse momento e trazer à tona novas questões sobre os problemas agrários que ainda vivenciamos, é o que estruturou o meu trabalho.

Entender o processo dos Movimentos Sociais do período de 50 a 60 no contexto de tensões e oposições pode contribuir com o processo de ensino-aprendizagem dos nossos educandos. Resgatar esse cotidiano de lutas e de mobilizações dos trabalhadores rurais nesse período permite aos alunos compreender que os conflitos representaram formas de resistência frente a uma política dominante.

Enfim, como professores, devemos estimular os educandos a refletir sobre o tema como fator de transformação de uma classe social. Estudar os Movimentos Sociais no campo nos leva a entender que o processo de organização social dos trabalhadores rurais constitui-se como fator fundamental para a construção de uma identidade comum dos trabalhadores rurais em suas lutas e resistências no decorrer do tempo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, N. *Dicionário de Política*. Brasília, 1986.
- BOTTOMORE, T. *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- GOHN, M.G. *Teoria dos movimentos sociais: Paradigma Clássicos e contemporâneo*. São Paulo: Loyola. 1987.
- HERBERT, B. Comportamento Coletivo. In: Mc Clark, A (org). *Princípio de sociologia*. São Paulo: Herder, 1962.
- PAIVA, Vanilda (org.) *A Igreja e questão agrária São Paulo*., Loyola. 1985.
- PALMEIRA, M.A. *A Diversidade da luta no Campo. Luta camponesa e diferenciação do campesinato*, In: PAIVA.V. (org.) *A Igreja e a questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.
- PRIORI, A. *O Protesto do Trabalho - História das Lutas Sociais dos Trabalhadores Rurais do Paraná: 1954-1964*. Maringá: Eduem, 1996.
- PRIORI, A. Lutas Sociais e Conflito Político - alguns temas da História de Maringá: O II Congresso de Trabalhadores Rurais, e a Formação da Frente Agrária Paranaense. In: DIAS, B. R. e GONÇALVES; J.H. R. (orgs). "*Maringá e o Norte do Paraná*". Maringá: Eduem, 1999.
- REGO, R.M.L. *Tensões Sociais na Frente de Expansão: a luta pela terra no sudoeste do Paraná. 1940-1970*. P.192.s/d.
- SEMERARO, G. *Da libertação à Hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil*. Disponível em: http://www.cursos.nead.ufpr.br/file.php/1337/Material_Complementar/ii_03.pdf
- TOURAINÉ, A. *Lês Mouvements sociaux. In Production de la société*. (Coletânea Sociologia). Paris: Seuil, 1973.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria*. Rio de Janeiro.: Zahar , 1981.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum - Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Cia das letras, 1998.
- THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.